

O Município de Cairu e sua história

O município de Cairu localiza-se na hoje chamada Costa do Dendê, uma das mais antigas áreas de ocupação e povoamento do território brasileiro. As primeiras notícias sobre essas terras férteis e de águas abundantes têm-se com a viagem de Martim Afonso de Sousa, a mando do rei de Portugal D. João III, em 1530. Ele comandou uma expedição de 400 homens e cinco embarcações. Sua missão era, simultaneamente, geográfica, militar e colonizadora. Tinha a tríplice incumbência de explorar a costa brasileira desde o Maranhão até o rio da Prata, impedir o comércio de pau-brasil pelos franceses e fundar pequenas feitorias, que mais tarde deram origem às primeiras vilas. Tem-se notícia de que Martim Afonso de Sousa foi um dos primeiros europeus a pisar as areias brancas das praias da Costa do Dendê.

Precedeu-o nesse feito Diogo Álvares Correia, o Caramuru. É bastante conhecido o episódio da descoberta da imagem de Nossa Senhora da Graça, por Caramuru, entre os destroços de uma nau castelhana, na ilha de Boipeba, por volta de 1526. A imagem seria aquela que aparecia em sonhos à sua esposa, a índia Catarina Álvares Paraguaçu, e que seria fruto de sua mais pura veneração.

Martim Afonso ancorou sua frota em um porto natural, localizado na contra costa do atual Morro de São Paulo, uma falésia de pedra calcária que domina a paisagem do lugar que os índios chamavam de *tý-nhã-ré*, “o que se adianta na água”. Nos relatos da viagem de Martim Afonso, escritos por seu irmão Pero Lopes de Sousa, estão registradas as primeiras notícias sobre a ilha de Tinharé. Em seu diário de bordo, Pero Lopes anotou: “E ao pôr do sol vimos a terra e conhecemos a boca do rio Tinharé da banda do sul”. Lopes se refere a Tinharé como algo já familiar ao mundo dos navegadores e cartógrafos, o que prova que a região já era anteriormente conhecida. A esse respeito, o estudioso Antônio Risério comenta: “O local foi certamente conhecido, antes da passagem de Martim, por alguns navios espanhóis, franceses e até portugueses que circularam por ali. E seu nome, memorizado, passou a viajar de boca em boca entre os navegadores que então vagavam sob o céu tropical brasileiro.

Martim Afonso de Sousa havia sido nomeado três anos antes, pelo rei D. João III, com o título de “capitão-mor e governador das terras do Brasil”. O mesmo monarca resolveu, em 1532, dividir o Brasil em quinze grandes porções de terra, denominadas Capitânicas Hereditárias. Portugal enfrentava uma grave crise financeira, sendo forçado a tomar dinheiro sob juros altos aos banqueiros de Flandres, nos Países Baixos. Além do mais, Lisboa

sofrera um grave terremoto nos últimos meses de 1531. Por essas e outras razões, a Coroa não dispunha de recursos para promover a colonização do Brasil, cujo território estava ameaçado pelos aventureiros franceses, ávidos pela exportação do pau-brasil. Da madeira dessa árvore era extraído um pigmento vermelho bastante disputado pelas tinturarias europeias. O vermelho era a cor preferida pela nobreza e pelo alto clero. Por isso, a muito custo, D. João III aceitou os argumentos de D. Antônio de Ataíde, que defendia entregar “à iniciativa privada a obrigação de ocupar a colônia – sob pena de perdê-la para os franceses”.

Logo após o retorno de Martim Afonso ao continente europeu, as terras portuguesas na América foram divididas em 15 imensos lotes, com cerca de 300 km de largura cada um. Nessa divisão, que teve como base o mapa do astrônomo Gaspar Viegas, três lotes correspondiam ao território do atual estado da Bahia: as capitanias de Porto Seguro, da Bahia e de Ilhéus, doadas, respectivamente, a Pero do Campo Tourinho, Francisco Pereira Coutinho e Jorge de Figueiredo Correia.

O povoamento da capitania e Ilhéus

Por volta de 1535, chegaram à capitania de Ilhéus os primeiros colonos portugueses, trazidos pelo donatário Jorge de Figueiredo, escrivão da Fazenda Real, considerado “um dos homens mais ricos de Portugal”. Apesar de “homem opulento e influente, jamais pensou em trocar seu cargo de escrivão e as comodidades da corte pelos azares e trabalhos do governo de sua remota capitania”, segundo o historiador Pedro Azevedo, citado por Eduardo Bueno. Azevedo destaca, recorrendo a palavras de Carlos Malheiro Dias, que Jorge de Figueiredo “era homem prático e tinha experimentada fé no poder do dinheiro” e, assim, “embora disposto a investir na colonização de sua capitania, ele se manteve prudentemente distante do Brasil”, enviando, em seu lugar, Francisco Romero, um castelhano que vivia em Lisboa.

Francisco Romero deve ter chegado à Baía de Todos os Santos entre o final de dezembro de 1535 e janeiro de 1536, segundo Bueno, e partido para o sul, a fim de ocupar a capitania que iria governar, alguns dias após merecido descanso. Romero instalou-se inicialmente na ilha de Tinharé, na localidade de Morro de São Paulo. Pouco se sabe a seu respeito além do que está registrado em depoimentos deixados pelo ouvidor-geral do Brasil, Pero de Borges, que, em 1550, vistoriou a capitania de Ilhéus em nome do rei, já no governo de Thomé de Sousa. De acordo com Pero de Borges, Francisco Romero era “bom homem, mas não para ter mando porque é

ignorante e muito pobre, o que muitas vezes faz fazer aos homens o que não devem”. Embora mau administrador, Romero era sujeito “acordado e experimentado para cousas de guerra”. Romero permaneceu por pouco tempo na ilha de Tinharé, onde seus colonos desbastaram uma clareira no sopé do Morro de São Paulo, abrindo espaço para instalar-se no meio da densa e verdejante Mata Atlântica, que dominava a paisagem da ilha. Um destacamento enviado por ele para explorar as regiões próximas “voltou após algumas semanas com a notícia de que encontrara um sítio mais favorável onde construir a sede da donataria”.

O novo lugar era estrategicamente perfeito: ficava em uma península, abrigado por quatro ilhéus, em meio aos quais o rio Cachoeira desaguava no Oceano Atlântico. O local, além de facilmente defensável, era protegido pelo mar e pelo rio e oferecia excelente ancoradouro para as naus. A essas conveniências somavam-se outras: “a terra era fértil, regada de águas límpidas e recoberta por vegetação luxuriante”. O local recebeu o nome de São Jorge dos Ilhéus. "Jorge", além de ser o nome do verdadeiro dono da terra – Jorge de Figueiredo –, era também o santo da devoção do donatário, e "Ilhéus", uma referência às quatro ilhotas. Embora a região fosse dominada pelos valentes e temíveis aimorés, povo indígena considerado pelos colonizadores como um dos mais sanguinários entre os que ocupavam o litoral brasileiro, de início tudo correu às mil maravilhas na capitania de Ilhéus. Já em fins de 1536, Francisco Romero enviava para o reino uma nau repleta de pau-brasil. A embarcação levava boas notícias: a vila estava instalada e fortificada e contava com uma pequena capela.

O sucesso da ocupação daquelas terras e dos empreendimentos lá implantados foi tão grande, que o donatário acabou distribuindo em Lisboa, no ano seguinte, três sesmarias. Doou-as a Mem de Sá, futuro terceiro governador-geral do Brasil, Fernão Álvares de Andrade, donatário do Maranhão, e Lucas Giraldes, rico banqueiro florentino e ativo investidor, há vários anos instalado em Lisboa. Segundo Eduardo Bueno, em sua obra já citada, “tais doações indicam que, embora possuísse grande fortuna, Jorge de Figueiredo buscava parceiros para investir na produção do açúcar em sua capitania”.

Tempos de guerra

A paz entre colonos, indígenas e a administração da capitania era mantida pelos “resgates” que o rico donatário enviava de Lisboa e que serviam para o escambo intermediado por Romero: centenas de facões e machados, miçangas

coloridas, anzóis, espelhos, etc. As trocas eram feitas entre colonos e os índios tupiniquins que circulavam pela região, uma vez que os aimorés, de hábitos mais nômades, viviam no interior da densa floresta atlântica. A paz começaria a ser rompida, como veremos, quando o número de engenhos aumentou – eram oito em 1546 –, exigindo um contingente maior de mão de obra. Os portugueses, que já utilizavam o trabalho forçado dos chamados “índios de corda”, aprisionados e amarrados com cordas nas lutas intertribais que eles próprios estimulavam, passaram então a escravizar também os indígenas que com eles conviviam pacificamente desde que haviam ocupado a região. Um motivo de discórdia era o fato de Romero ser castelhano, além de grosseiro no tratamento com os colonos e subordinados. Ele acabou sendo preso, em 1540, por blasfemar contra um crucifixo trazido de Portugal por um desafeto. Teria dito: “Odeio este crucifixo”. A ofensa fora ouvida por colonos, que o denunciaram ao vigário local. Mandado acorrentado para Lisboa, Romero permaneceu encarcerado no presídio de Limoeiro. Apesar disso, retornou à Bahia em fins de 1541, graças ao prestígio de Jorge de Figueiredo, que usou de sua influência para libertá-lo e, numa atitude imprevidente e desafiadora, enviou-o de volta a Ilhéus.

Na sua volta, Romero puniu os participantes da conspiração que o levava à prisão, o que contribuiu para desordens internas. Empenhou-se, porém, na construção de engenhos de açúcar, agora facilitada “pelos grossos cabedais” do banqueiro florentino Lucas Giraldes. O bom funcionamento dos engenhos requeria um crescente número de escravos e, como os africanos custavam caro, pois vinham de terras distantes, era muito mais econômico arregimentar indígenas, que desde o início da colonização se mostraram arredios ao trabalho escravo. Nessa época, os colonos portugueses começaram a penetrar no território dos temíveis aimorés, também conhecidos como botocudos. A reação foi imediata e, a partir da segunda metade do ano de 1546, os ataques dos aimorés tornaram-se constantes. Em pouco tempo, os nativos devastaram Ilhéus e Porto Seguro, destruindo os engenhos e matando os colonos portugueses, que logo fugiram em debandada para as ilhas de Tinharé, Boipeba e Cairu, além de outras localidades.

Quando a luta entre portugueses e aimorés ainda estava em curso, em fins de 1550, morreu em Lisboa o donatário Jorge de Figueiredo Correia. Pouco tempo depois, seu filho Jerônimo de Figueiredo de Alarção vendeu os direitos sobre a capitania ao banqueiro Lucas Giraldes. Romero foi destituído e veio para o Brasil assumir seu cargo o feitor italiano Tomaso Alegre. Com a morte de Lucas, anos depois, seu filho Francisco Giraldes tornou-se senhor da capitania de Ilhéus.

Da fundação aos dias atuais

A criação das vilas de Cairu, Boipeba e Camamu foi ordenada em 1565, pelo segundo donatário da Capitania de Ilhéus, Lucas Giraldes, ao seu procurador, Baltazar Ferreira Gaivoto. Este delegou sua fundação a João de Andrade. O objetivo, segundo Silva Campos, era “instruir núcleos de moradores brancos que constituíssem outros tantos centros de resistência às incursões do numeroso e fero genticio daquela parte do feudo, bem como de atração dos índios mansos, estes aliados dos portugueses. Além de vantagens outras que acarretariam em benefício do desenvolvimento da região. Mesmo com a criação de vilas, os aimorés não perderiam o seu poder de guerrear e levar pânico à população já instalada na região. Quando isso acontecia, portugueses, mamelucos e índios aculturados fugiam para as ilhas de Tinharé e Boipeba, uma vez que estes não se arriscavam a entrar no mar, pois não sabiam nadar, nem possuíam canoas ou outro tipo de embarcação.

Com a guerra dos aimorés deflagrada, as fundações ordenadas por Lucas Giraldes praticamente não se efetivaram, embora Cairu tenha se transformado num centro de resistência. Segundo Vilhena, foi a vila de Cairu a primeira da Comarca do Norte, “fundada em uma ilha, que terá de duas a três léguas de circunferência, situada no canal que divide a grande ilha de Morro de São Paulo da terra firme; fundaram ali aquela vila em razão dos muitos gentios que havia no continente, e tudo infestavam.” De acordo com Silva Campos, no final do século XVI, com a decadência da vila de São Jorge dos Ilhéus, os distritos de Camamu, Cairu e Boipeba constituíam a parte mais cultivada da Capitania.

Silva Campos informa que, serenada a guerra, muito lentamente vai desenvolver-se de novo a colonização portuguesa. Aqueles que haviam abandonado as terras do continente de Tinharé retornam aos poucos para a região, agora fixando-se nas ilhas de Cairu, Boipeba e Morro de São Paulo, locais que, pela posição geográfica, os protegeriam dos ataques dos aimorés, caso se repetissem. O crescimento de Cairu, segundo Campos, é desde logo apreciável. No alvorecer do século XVII, “Cairu era a estrela do litoral sul da Bahia, Boipeba, a velha Boipeba vinha em seguida”. A elevação da vila só foi efetivada em 1610, segundo várias fontes consultadas. Fruto, portanto, do desbravamento da Capitania de Ilheus, Cairu obteve e por muito tempo conservou alguma importância por causa do cultivo da cana de açúcar.

O nome primitivo da ilha de Cairu era Aracajuru, que, segundo Jaboatão, na língua indígena significa “casa do sol”. O município é formado por 26 ilhas, dentre as quais se destacam Boipeba e Tinharé, e nesta última as localidades de Morro de São Paulo, Garapuá, Gamboa e Galeão. A cidade de Cairu está localizada na ilha do mesmo nome, distante 166 km de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica.

Uma família na história da cidade

Entre os primeiros povoadores de Cairu, podemos citar o fidalgo português Sebastião de Pontes, homem rico, senhor de engenho no Recôncavo, que fez grandes investimentos na região, construindo um engenho de açúcar na primeira cachoeira do rio Una e uma fazenda de gado na região ainda hoje denominada Ponta do Curral, no continente. Também é citado Antônio de Couros, senhor de engenho em Cairu, dono do maior engenho de cana da Capitania de Ilhéus e um dos maiores da Bahia, com grande número de escravos.

Na tradição da cidade, destaca-se, porém, entre os primeiros povoadores, o casal Domingos da Fonseca Saraiva e D. Antônia de Pádua Góes. Ele foi considerado “o primeiro dos segundos” povoadores das terras firmes de Cairu. Sua mulher, Antônia de Pádua Góes, nasceu em Portugal, mas veio para o Brasil ainda criança. O casal transferiu-se para o Brasil em 1563 e fixou residência na capitania de São Jorge dos Ilhéus, no tempo em que aquelas terras começavam a ser povoadas e já floresciam, dando bons lucros e melhores esperanças aos seus habitantes¹⁷. Além dos dois filhos que trouxeram, Antônia de Pádua e Simão de Araújo, o casal teve mais quatro, nascidos no Brasil: Francisca de Araújo, Maria de Góes, Clara de Góes e Jorge de Araújo Góes. O sentimento religioso da família era tão forte que, com o falecimento de Catharina de Góes, seu marido Gaspar de Araújo transferiu-se de Ilhéus para Salvador, com a intenção de ingressar na ordem jesuítica.

Após vinte anos na Comarca de Ilhéus, a família foi obrigada a abandonar o engenho e as fazendas, por causa da insegurança e dos constantes prejuízos provocados pelas invasões indígenas, passando para as terras firmes de Cairu, que já davam sinais de prosperidade. Ali, Domingos e Antônia construíram novas fazendas e um engenho. O casal fez alianças, principalmente através do casamento dos filhos, com outras pessoas de origem portuguesa, a quem os governadores foram presenteando com sesmarias, como forma de promover o desenvolvimento da região. Esses primeiros povoadores da vila construíram a igreja matriz, consagrada a Nossa Senhora do Rosário, e ergueram também a “capelinha” de Santo Antônio, “que depois se deu aos frades, que ali foram fundar um convento”.

A fé, a bondade e a caridade são características atribuídas à primeira grande matriarca de Cairu, Antônia de Pádua, que deixou profundas marcas na região conforme relata Jaboaão, citando anotações supostamente escritas por um neto dela, documento no qual se baseia o cronista franciscano para os relatos que deixou para a posteridade sobre os eventos ocorridos naquele tempo.

Jaboatão, já no século XVIII, lamentava a ausência de dados referentes ao local onde se teria estabelecido originalmente o casal Domingos e Antônia, mas tudo indica que seria nas imediações do atual convento, uma vez que alguns historiadores declaram que este foi construído ao lado do engenho dos Saraiva. D. Antônia, irmã da Ordem Terceira de São Francisco, parece ter dedicado sua vida a obras de caridade. O cronista franciscano informa que, certa feita, o marido desconfiou que a esposa havia exagerado numa determinada esmola. Apesar das negativas de Antônia, o marido não se convenceu. Para provar sua inocência, a mulher ajoelhou-se diante do esposo, estendendo as mãos e ordenando a uma das criadas que colocasse sobre elas uma enxada em brasa, suportando a dor por muito tempo. Com essa demonstração, o marido prostrou-se a seus pés, comovido, “pedindo-lhe perdão pelo amor de Deus”.

Ficando viúva, após o casamento de suas filhas Catharina e Mariana, D. Antônia dedicou-se mais ainda à sua fé, passando dali em diante a impor-se todo o tipo de mortificação, como jejuns e disciplinas. Ao morrer, aos 82 anos, D. Antônia de Pádua deixou 116 filhos, netos e bisnetos, que, junto com seus dois irmãos e três irmãs, povoaram boa parte da região de Cairu.

A defesa de Cairu

Durante o século XVII, a ilha de Cairu transformou-se em um importante centro produtor de farinha e madeira, além de possuir engenhos de açúcar. Os invasores holandeses, enquanto estiveram no Brasil, de 1624 (data da invasão na Bahia) a 1654 (data de sua expulsão de Pernambuco), aportaram no arquipélago em várias ocasiões, à procura de víveres, procurando abastecer-se em Boipeba, Cairu, Tinharé e Camamu.

Em 1631, na gestão do governador Diogo Luís de Oliveira, deu-se início à construção da Fortaleza do Morro de São Paulo, para proteger a ilha dos corsários flamengos e franceses que infestavam nossos mares, principalmente após a ocupação holandesa em Pernambuco. Havia também o perigo de inimigos se apoderarem daquele estratégico porto em Morro de São Paulo. Entretanto, somente em 1664 a Fortaleza viria a ter uma guarnição fixa. A partir dessa data, assumiu um papel de destaque na defesa do litoral baiano, da Baía de Todos os Santos e da própria Cidade do Salvador, então capital da América Portuguesa. No século XVIII, Vilhena escreveu: “para defender a barra, ou entrada nesta, e evitar a comunicação para o continente se fez naquela ponta o presídio do Morro, de que a principal fortaleza monta dezoito peças e pode montar mais; correm diferentes lanços de muralha com seus ângulos salientes e reentrantes pela

sapata da montanha, de forma que em partes só deixa um escasso terraplano para poder laborar artilharia, de que há alguns anos contava por todo o presídio cinquenta e duas peças de ferro”. A importância e o estado de conservação da fortaleza não escaparam à visão arguta de Vilhena, que já naquela época protestava: “Acha-se aquele presídio importantíssimo, com lamentável ruína a que a negligência de muitos anos, o tem deixado chegar, quando é importantíssimo a sua conservação...”.

Rocha Pitta também se referiu à fortaleza de forma enfática: “Dos últimos limites della, correndo e navegando a costa para o sul, está a importante Fortaleza do Morro de São Paulo, com baluartes e cortinas em fôrma regular, estância em que reside huma Companhia paga, cujo Capitão he o cabo, que a governa. Serve de propugnáculo e defesa às Villas marítimas de Cayru, Camamu, Boypeba, e à Povoação do Rio das Contas, que são os celleiros da Bahia como o Egypto o foy do povo romano e Sicília de toda a Europa, conduzindo-se daquelas Villas a mayor parte da farinha, que se gasta na Cidade e no seu recôncavo”. Hoje, a fortaleza é um marco importante na paisagem do Morro de São Paulo, um testemunho vivo da arquitetura militar da época e da história política da Bahia. Apesar das degradações sofridas, pelos anos de abandono, guarda ainda uma imponência que encanta turistas, estudiosos e visitantes.

Em 1635, novos colonos chegaram a Cairu, entre eles os descendentes do donatário da Capitania, fugindo do ataque da esquadra holandesa de Lichthardt ao porto de Ilhéus. Em 1644, o governador Antônio Teles da Silva obrigou os moradores do arquipélago a abastecer de farinha as tropas de Salvador. Em 1673, o governador Afonso Furtado proibiu o cultivo da cana-de-açúcar e a construção de engenhos na região, para não prejudicar a produção de farinha. Mas manteve o de Antônio de Couros, em Cairu, por sua antiguidade e grande prestígio do proprietário na região.

Com o desenvolvimento da indústria do açúcar no Recôncavo Baiano, verdadeiro celeiro econômico do Brasil colonial, notadamente nos municípios de Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe, a região do Baixo Sul da Bahia foi deixando de receber incentivos por parte do governo para a sua incipiente indústria açucareira e tornou-se fornecedora de produtos como alimentos e madeiras.

Tragédia na igreja

A freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Cairu foi fundada entre 1608 e 1610, sendo arcebispo da Bahia D. Constantino Barradas. Abrangia as ilhas de Cairu, Tinharé e todas as outras ilhas do arquipélago, com exceção de Boipeba, que formaria uma freguesia separada, criada em 1616. A igreja matriz, situada pouco acima do convento franciscano, numa pequena elevação, teve sua construção iniciada na primeira década do século XVII, pois já existia quando os frades menores fundaram o convento de Santo Antônio. É possível que seja a mesma igreja construída ao lado do engenho dos Saraiva. Essa igreja foi palco de uma grande tragédia, por volta de 1670, durante um assalto de indígenas, quando boa parte da população se encontrava em seu recinto. Relata Rocha Pitta: “Costumava o Gentio bravo do Certão da Bahia dar repentinos assaltos sobre algumas Povoações remotas da cidade, com estrago das vidas e lavouras daquelles moradores”. Uma dessas invasões ocorreu na Vila de Cairu, “pela muita gente, que a habitava,,,”

Para a Companhia fora nomeado o capitão Manoel Barbosa de Mesquita, que viera promovido de Lisboa em 1670. Esse cavalheiro, há poucos meses no posto, morreu bravamente em combate. Encontrando-se no recinto acompanhado de sete soldados, o capitão Manoel Barbosa de Mesquita ordenou a abertura das portas e saiu intempestivamente para combater os indígenas, apesar de se encontrar em desvantagem numérica e com poucas armas para o combate. Os moradores permaneceram inertes e sem disposição para o enfrentamento e, tratando somente de proteger suas mulheres, fecharam novamente as portas da igreja. O capitão investiu contra os indígenas, primeiro disparando duas pistolas e depois avançando com uma espada e rodela. Fez várias mortes entre os indígenas, mas acabou morto com várias flechadas, o mesmo acontecendo com dois soldados que o acompanhavam, já que os outros, sob o pretexto de pedir socorro ao quartel, relegaram seus companheiros à própria sorte.

Para responder ao ataque, foi formado um grupo com homens da Fortaleza do Morro de São Paulo, ao qual se somaram soldados do Presídio da Bahia. As forças eram chefiadas pelo cabo João Amaro, “tão valoroso e destro na forma da peleja dos gentios”. Para custear as despesas, o governador pediu às pessoas ricas que ajudassem no gasto daquela empreitada. João Amaro, com poucas baixas de seu lado, realizou uma verdadeira carnificina, matando e prendendo um número incontável de indígenas. Os capturados vivos foram levados até Salvador e vendidos como escravos, a preço vil. Somente em 1723 cessaram as invasões, quando o governador Vasco Fernandes César de Menezes mandou fortificar as cabeceiras das barras de Cairu.

Novos tempos

No século XVII, Cairu incorporou às suas atividades agrícolas o plantio do arroz. É interessante notar que, durante as obras de restauro da sacristia do convento, descobriu-se uma grande quantidade de palha de arroz sob o nicho do altar e atrás das cimalthas, mas a sua utilidade naquele local ainda é desconhecida. A vila continuou prosperando, tanto que, em 1755, por ocasião do grande terremoto que destruiu boa parte de Lisboa, “Cairu contribuiu, em 1º de novembro do mesmo ano, com a quantia anual de 166\$000 (cento e sessenta e seis mil reis) por um espaço de 30 anos”. Silva Campos cita uma correspondência enviada em 8 de agosto de 1783 ao governador, pelo ouvidor Nunes da Costa, informando que havia introduzido as culturas de café e cacau nas ilhas. A extração da madeira torna-se uma das principais fontes econômicas do município, no século XVIII, favorecida pela desembocadura de quatro rios: Una, Galé, Camuruji e Jequié, além do Mapendipe, Mutupiranga e alguns outros, que formam o canal ou golfo, “pelos quais todos se podem tirar, e tiram muitas madeiras das dilatadas matas que correm pelo continente compostas de diferentes qualidades de paus ótimos para construção de embarcações, assim como para a marcenaria, obras delicadas, e toda a construção de edifícios...”

A extração da madeira foi, até as primeiras décadas do século XIX, uma das principais fontes de riqueza da região. A devastação que provocou, porém, foi muito grande, a ponto de, em 1779, Silva Lisboa, juiz conservador das matas, clamar insistentemente contra a devastação da mata Atlântica. Esse protesto parece ter surtido pouco efeito prático, já que, em 1887, a economia local continuava baseada na atividade extrativa da madeira e da piaçava, além das lavouras de mandioca, café, cacau, arroz, cana, milho e frutas e, ainda, na pesca e na pequena criação de gado.

Estagnação e decadência

Alguns textos antigos apontam como causa da estagnação econômica da vila, no século XIX, a “cólera eleitoral” de 1852, quando lutas internas entre políticos dividiram o povo de Cairu em dois partidos: “conservador intitulado *boi* e o liberal alcunhado de *vacca*, que se hostilizaram durante anos, guerra esta que motivou a saída de muitos bons elementos e causou a decadência e o regresso da Villa”. Porém, Vilhena já apontava a decadência da vila no século XVIII, quando escreveu: “A vila de Cairu primeira da comarca pelo Norte... em outro tempo foi habitada de nobres famílias, em que havia alguns foros de fidalguia e ainda hoje se acham envolvidos na capa da pobreza dos seus indigentes habitantes, os apelidos de Menezes, Bezerras, Barretos, Castros,

Lacerdas, etc.” Parece-nos mais correto correlacionar a decadência de Cairu, conforme as Cartas de Vilhena, ao desenvolvimento de Camamu, que começa a assumir a liderança da região, no século XVIII. O *Livro de Crônicas*, já citado, aponta o falecimento do frei José do Rosário, filho de Cairu, guardião do convento, como parte integrante da “morte lenta da comunidade religiosa”.

Em 1872, a cidade contava três templos: a matriz, o convento de Santo Antônio e a capela de Nossa Senhora da Lapa, que estava em ruína, sem teto e cobertura, embora tivesse sido reconstruída pela missão dos frades Gabriel e Justino, em 1864. A capela da Lapa “está situada à beira-mar, e tem um aspecto muito pitoresco e parecia, pelas suas alvas paredes vistas de longe, uma gaivota banhando-se à beira d’água”. O então prefeito municipal Raul Miranda, em 4 de fevereiro de 1942, encaminhou documento ao frei Guilherme Halm tratando da “ventilada e imediata demolição da igreja de Nossa Senhora da Lapa, até agora protelada”, solicitando “a mais urgente resolução sobre o assunto, não já pelo aspecto antiestético do Templo, afeiando e congestionando a nossa principal artéria, mas pelo perigo que representa de ruir momentaneamente, abaladas que estão as suas paredes laterais e carunchado todo o madeirame, podendo causar prejuízos que a administração tem o dever de prevenir”. Por esse documento, deduzimos que a capelinha foi demolida nessa época. A imagem de sua padroeira ainda hoje faz parte do acervo do convento de Santo Antônio e foi restaurada em 2001, sendo, pelas suas características estilísticas, uma peça do século XVII.

Além da igreja de Nossa Senhora da Lapa, cuja destruição não deixa de ser um crime cometido contra o patrimônio da cidade, algumas administrações municipais, no decorrer dos últimos cinquenta anos, também contribuíram para a demolição de diversos casarões coloniais, demonstrando pouca sensibilidade para com o patrimônio arquitetônico de Cairu. Vários moradores, seguindo o exemplo das administrações municipais, também trataram de destruir ou “modernizar” os seus imóveis, eliminando, assim, uma parcela importante da história da evolução urbana da cidade. As novas construções, como a da atual sede da prefeitura, e uma outra, recentemente erguida para a mesma finalidade nas proximidades do cais do porto, são desprovidas de qualquer mérito arquitetônico, além de destoarem totalmente da paisagem, quebrando a harmonia, a volumetria e o ritmo dos telhados dos casarões coloniais. Aliás, é uma pena que, até hoje, não tenha sido aproveitado, como sede da prefeitura municipal, o belo casarão da rua Barão Homem de Melo, construído em 1770 e reformado em 1950, conforme datas gravadas na verga da porta principal.

As tradições folclóricas e religiosas

As tradições folclóricas de Cairu têm raízes históricas bem profundas, uma vez que relatos antigos já fazem referência às festas religiosas, onde as cavalcadas, alardos, congos e taieiras entretinham os habitantes e visitantes por três dias, particularmente nas festas da padroeira, Nossa Senhora do Rosário.

O Reisado de São Benedito, santo mais venerado pela população de Cairu, tem sua origem em Carta Régia datada de 1777. Segundo a tradição, “um crioulo vestido de calção curto, capa bordada, sapatos de entrada baixa, de coroa e cetro, com uma crioula também enfeitada com esmero, de braceletes, colar e cordões de ouro, corre as ruas a 26 de dezembro e a 6 de janeiro, acompanhada por congos, cheganças e taieiras, e a Irmandade o vai buscar à casa e o leva ao Convento, onde o guardião o recebe à porta principal, de capa de asperges e o guia ao trono para ele colocado ao lado do Evangelho; e na procissão tem superioridade ao primeiro lugar, logo depois do pálio, e é costume darem um lauto jantar.

Os festejos em louvor a São Benedito têm início em 8 de dezembro com o levantamento do mastro, com mais de 15 metros de altura, que é erguido em frente ao Convento, tendo no topo a bandeira com a efigie do santo nas duas faces. Antes de ser colocada no mastro, a bandeira corre toda a cidade, entrando de casa em casa, levando a Bênção do santo e recolhendo donativos para a festa. Há mais de um século, segundo Isaías Ribeiro, a bandeira sai dos sobrado dos descendentes do médico Salústio Palma. O evento conta com grande participação popular, ao som de cânticos, mascarados e danças. A bandeira permanece no mastro até 6 de janeiro, dia da festa dos Reis Magos.

As tradições populares, modernamente classificadas como “bens intangíveis”, até hoje enriquecem o patrimônio cultural do município de Cairu, sendo as manifestações mais importantes a zambiapunga, a barquinha e a congada, que extasiam os visitantes nas festas cívicas e religiosas, a exemplo da ex-primeira dama da França, Danielle Mitterrand, que em junho de 2008 visitou o município.

As taieiras são um grupo de mulatas vestidas de baianas, enfeitadas com colares e argolas, e de mulatos vestidos com calça branca, tórax nu, ornados com colares, que saem às ruas cantando a canção *Ô Lê Lê Ô*, sucedida por um breve samba de roda realizado às portas das casas, acompanhado por um único tambor-solo. Os cânticos, embora façam referência a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário, são de natureza mais livre e bem humorada, descomprometidos de um ritual rígido, como é o caso da chegança e dos congos.

Os congos são um grupo formado por homens negros que saem às ruas no Natal e no mês de janeiro, durante a festa de São Benedito. A indumentária inclui camisa rendada e saiote de chita vermelha ou azul, enfeitado de estrelas e sustentado por armação de arame. Na cabeça, os congos trazem uma coroa adornada com duas penas vermelhas. Todos os componentes tocam o ganzá, instrumento de bambu friccionado por uma vareta, com exceção do chefe, o qual toca, com a baqueta, o que chamam de tamborim, um grande adufe quadrado de face única, seguro por um cabo de madeira.

A zambiapunga é formada por um grupo misto que faz uso de máscaras muito originais, confeccionadas em papel machê, e vestes improvisadas. Como instrumentos sonoros, utilizam-se enxadas, produzindo-se ritmos e sonidos muito particulares. Além dessas tradições, podemos citar o bumba-meu-boi, que sai às ruas após as festas em louvor a São Benedito, os ternos de reis e a dondoca. Durante o carnaval, realiza-se a já tradicional lavagem da reversa, nas proximidades da Câmara Municipal.

No dia 2 de julho, em comemoração à independência da Bahia, tem início o samba dos índios, que dura três dias. É uma variante do candomblé de caboclo, com ligações com as tradições africanas. A vila de Cairu teve participação ativa nas lutas pela independência da Bahia, ao lado de Camamu e Valença, apoiando cachoeiranos e maragogipanos para a expulsão dos portugueses, o que de fato ocorreu em 2 de julho de 1823.

Potencial turístico

A unidade político-administrativa da capitania de Ilhéus foi rompida, em 1833, com a criação das comarcas de Valença, da qual fazia parte Cairu, e de Ilhéus. A vila de Cairu só foi elevada à categoria de cidade em 30 de março de 1938, pelo decreto-lei estadual no 10.724. Cairu é hoje uma cidadezinha simpática e tranquila, dormindo sobre as recordações de um passado longínquo, quando as riquezas do solo – extração de madeira e piaçava, além do cultivo da cana, arroz e mandioca promoviam a prosperidade e o desenvolvimento. O município todo, segundo dados de levantamento realizado em 2010, conta com uma população de 15.374 habitantes, sendo que a população estimada em 2017 é de 18.224. Cairu é a sede do único município arquipélago do país, formado por 26 ilhas, das quais se destacam Tinharé, onde se situam a bela vila do Morro de São Paulo e a Gamboa do Morro, polos turísticos já bastante consolidados, e a ilha de Boipeba, com suas praias paradisíacas e quase virgens.

O município vê no turismo um potencial capaz de produzir profundo impacto na economia, sua grande chance de redenção, o que, aliás, já vem ocorrendo, com a afirmação do Morro de São Paulo e de Boipeba como atrações nacional e internacionalmente conhecidas. No setor turístico, o patrimônio histórico exerce, ao lado das belezas naturais e tradições folclóricas, um forte apelo. A restauração completa do monumental convento franciscano de Santo Antônio criará, sem dúvida, as condições para que a cidade de Cairu possa integrar-se ao desenvolvimento turístico do resto do município, uma vez que se trata da mais importante construção arquitetônica da vasta região conhecida como Baixo Sul da Bahia.

O convento franciscano, ainda não totalmente restaurado, já é uma grande atração turística, recebendo, na alta estação, uma média de 100 visitantes diários, que chegam ao porto de Cairu em barcos, lanchas e pequenos iates, procedentes, na sua maior parte, de Morro de São Paulo e Boipeba. Entre os visitantes, incluem-se turistas de várias regiões brasileiras e de diversos países, principalmente americanos, portugueses, italianos, franceses e espanhóis, além de sul-americanos. Com a descoberta e a exploração de gás e de petróleo na costa oceânica do município, fortalecem-se, a partir de agora, as finanças da prefeitura de Cairu através do recebimento de *royalties*, abrindo-se novas perspectivas vocacionais do arquipélago. Conforme relato do Sindicato Patronal Rural de Cairu, encaminhado pelo seu vice-presidente Manoel Altivo, uma das lideranças locais, “Cairu conta com um Plano Estratégico patrocinado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento sob demanda da Universidade Livre da Mata Atlântica e do WWI–Worldwatch Institute. Tal instrumento foi denominado CAIRU 2030 e entregue ao governo municipal e à comunidade em solenidade realizada na própria Igreja de Santo Antônio, em 2006.

O convento de Cairu

O **Convento e Igreja de Santo Antônio** formam um importante complexo edificado no alto da cidade. Sua construção iniciou em 1654 e levou um século para ser terminada. A fachada da igreja é considerada uma obra-prima, sendo a primeira manifestação do Barroco arquitetônico no Brasil, e um expressivo e influente exemplo da arquitetura franciscana no país, imitada em vários outros templos nacionais. Seu interior foi extensamente reformado no século XIX, perdendo-se grande parte da luxuosa decoração original, mas ainda sobrevivem muitos elementos autênticos que dão uma ideia da primitiva suntuosidade do conjunto. O convento tem uma decoração mais sucinta, mas também possui vários espaços bastante ornamentados, e em geral suas condições se preservam mais íntegras. Pela sua importância histórica e artística, o complexo foi tombado pelo IPHAN em 1941.

A origem do conjunto é anterior à chegada dos franciscanos à antiga povoação de Cairu, e antes de 1650 já se registrava a existência de uma capela privada nas proximidades do atual convento, construída pelo casal Domingos da Fonseca Saraiva e Antônia de Pádua Góes. Esta capela era às vezes utilizada por frades franciscanos itinerantes, e em seu redor eles começaram a construir pequenas celas como dormitório. Em janeiro de 1650 o Custódio dos franciscanos, o frei Sebastião do Espírito Santo, atendendo ao pedido de moradores da região, enviou três companheiros para fundarem um convento no local. Foram eles os freis Gaspar da Conceição, João da Conceição e Francisco de Lisboa, que foram recebidos com festa e instalados em uma ermida junto à Matriz. Em 21 de março o convento foi, então, fundado na forma de uma estrutura de taipa.

A construção definitiva em alvenaria, porém, só foi decidida em 1653, sendo indicado como mestre das obras o frei Daniel de São Francisco. A pedra fundamental foi lançada em 25 de agosto de 1654. Como o financiamento dependia quase exclusivamente das esmolas da comunidade, que não era rica, as obras se arrastaram por longos anos, e sua história inicial é mal documentada. Porém, uma parte significativa da estrutura deve ter sido finalizada já em torno de 1661, a partir de uma data que se encontra gravada na verga da porta que interliga a sacristia e a capela-mor. A fachada deve ter sido finalizada antes de 1686, data inscrita no frontão do convento de Paraguaçu, e que foi inspirado neste de Cairu. Essa celeridade pouco usual permitiu que o conjunto mantivesse uma notável unidade estilística. Mas o restante e as decorações tardaram até cerca de 1750 para serem terminadas.

Depois de um período de apogeu no século XVII, os franciscanos começaram a experimentar crescentes dificuldades, e no século XIX a Província franciscana no Brasil quase foi extinta. Desta maneira, os edifícios começaram a se degradar. Após 1878, com a chegada de frades alemães, iniciou-se uma lenta recuperação, e foram feitos esforços para manutenção e restauro do complexo, mas, seguindo as novas modas estéticas, muito de sua decoração interna barroca foi alterada para padrões neoclássicos. Em 1941, embora novamente em precário estado de conservação, os monumentos foram reconhecidos como importantes e tombados pelo IPHAN. O tombamento, contudo, não evitou outras perdas, e na década de 1960 o altar de Santa Rosa desabou. A partir de 1963, iniciaram novas obras de restauro, já sob uma orientação mais científica, concluídas somente em 1973. Em 2002, foram realizadas outras intervenções e, recentemente, o complexo e seu entorno foram novamente parcialmente restaurados, sob a coordenação do IPHAN e do Programa Monumental e com financiamento da Petrobrás, mas em 2010 as obras foram paralisadas sem justificativa. O Ministério Público Federal instaurou em 2012 um processo investigativo.

O complexo arquitetônico se divide em um convento e a igreja de Santo Antônio, diante da qual se abre um largo onde se ergue um cruzeiro. Anexa está a capela da Ordem Terceira, que nunca foi concluída e sobrevive apenas em ruína. O principal interesse repousa na igreja, considerada a primeira do Brasil a exibir traços barrocos, aparentemente antecedendo até mesmo a introdução do estilo na Metrópole portuguesa, e seu perfil característico não tem similares na arquitetura barroca de toda a Europa. Seu valor é atestado também através dos vários templos brasileiros que surgiram em rápida sucessão inspirados em seu desenho, como os templos homônimo em Paraguaçu e Recife. Apesar disso, ela ainda é pouco conhecida do grande público, é pouco divulgada nos livros de história da arte nacional, e são escassos os estudos especializados a seu respeito.

História econômica

Cairu é o único município arquipélago do Brasil. Está localizado no litoral do território do Baixo Sul da Bahia, ocupando uma área, segundo o IBGE, de 461 Km². Dados do censo 2010, revelam que o município tem uma população de 15.366 habitantes, com densidade demográfica de 33,33 habitantes por quilômetro quadrado. O município apresenta uma peculiaridade em termos populacionais, os moradores estão distribuídos em 13 povoações nas três principais ilhas do arquipélago. Na ilha de Tinharé ficam Morro de São Paulo, Zimbo, Gamboa do Morro, Galeão, Garapuá, Batateira, Senzala e Canavieiras. Na Ilha de Cairu está o centro administrativo do município, a cidade de Cairu, Torrinha e Tapuias. Na Ilha de Velha Boipeba estão: Boipeba, Monte Alegre, Moreré e São Sebastião. Cairu, sede, Morro de São Paulo, Gamboa e Boipeba, têm cada um destes, aproximadamente um quinto da população do município.

O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgou no dia 10 de dezembro de 2010, ranking do PIB per capita dos municípios brasileiros. Cairu figura neste ranking como o segundo maior PIB da Bahia, ficando atrás apenas de São Francisco do Conde.

Este município, que no passado englobava o território onde hoje se situam os municípios de Nilo Peçanha, Taperoá e Valença, já produziu mandioca, feijão e milho, migrando gradativamente para a produção de fumo em substituição à de mandioca, no início do século XIX, conforme citam, Silva, 1990 e Schwartz, 1985.

Hoje Cairu é conhecido internacionalmente, desenvolve várias atividades econômicas, destacando-se o turismo, pesca e o extrativismo vegetal.

PIAÇAVA - Piaçava é o principal produto agrícola do município, nativa do litoral baiano, a piaçaveira coloca Cairu entre os principais produtores do produto, empregando centenas de pessoas, de baixa escolaridade, sem carteira assinada e precariamente remunerados. O maior produtor, ou melhor, extrativista, é também do município. Em 2001, segundo uma reportagem do Globo Rural, Manoel Ché extraía cerca de 900 mil quilos de piaçava. Este é apenas um dos vários donos de terras que extrai a fibra da piaçaveira, que já foi utilizada inclusive para fazer cordas para as amarras dos navios nos tempos coloniais, os índios a utilizavam para cobrir seus abrigos. A palmeira nativa é facilmente encontrada, sua sementeira acontece de forma natural, como acontecia antes da chegada dos portugueses a estas terras, raramente é plantada pelo homem. Apesar de Cairu despontar como grande produtor de piaçava, as fibras da palmeira saem do município como matéria prima de vassoura e cobertura para quiosques. Resta ainda o potencial como matéria prima para o artesanato, o que ainda não é devidamente explorado, exceto em Morro de São Paulo. Com isso, o valor agregado ao produto acontece bem longe das terras de Cairu.

DENDÊ - Presente em praticamente todas as cozinhas, pelo menos do litoral baiano e nos tabuleiros das baianas do acarajé, o dendê também é cultivado em Cairu em pequena quantidade. Por não serem empregadas técnicas de cultivo e, até mesmo, o replantio dos dendezeiros, a produtividade é baixa. Mesmo assim, consegue-se gerar alguns postos de trabalho, embora sazonal e com as mesmas fragilidades que a mão de obra da piaçava, uma vez que o trabalho do corte de dendê é realizado pelos mesmos catadores de piaçava.

COCO - O coco da Bahia, refrigerio dos dias quentes de verão nas badaladas praias de Morro de São Paulo e Boipeba, também encontra terras férteis para produzir no município de Cairu.

PESCA - Esta é uma das principais atividades econômicas do município, envolve aqui os pescadores artesanais e marisqueiras, que sobrevivem da cata e da pesca dos frutos do mar. Seja na pesca diária, pelos rios que recortam as terras e dão forma ao arquipélago de Cairu, ou em mar aberto, a pesca é umas das principais fontes de renda ou de complemento alimentar para os habitantes do município. Os moradores desfrutam ainda de vastas áreas de manguezais, de onde extraem várias espécies para sua subsistência, a exemplo, do caranguejo, do aratu, ostras, além dos siris, vindos dos canais, e de diversos tipos de peixes. O pescadores e marisqueiras utilizam canoas e barcos para ter acesso aos pesqueiros e manguezais onde praticam suas atividades, utilizando as redes e as camboas, cercados de varas em trechos do mar onde a maré, ao subir, retém vários tipos de pescados que são capturados na maré baixa.

TURISMO - Destaque Internacional como atrativo turístico, o terceiro mais visitado da Bahia, Cairu faz parte do território de identidade Baixo Sul da Bahia, na área turística denominada Costa do Dendê. Recebe anualmente milhares de turistas, de várias partes do Brasil e estrangeiros, gerando assim excelente oportunidade para os empresários da área hoteleira, restaurantes e outros comerciantes que se estabelecem, principalmente em Morro de São Paulo e, mais recentemente, em Boipeba, onde também tem crescido o fluxo turístico. Outras localidades começam a despertar o interesse dos visitantes: Garapuá é um deles.

GÁS NATURAL - A descoberta do campo de Manati, pela Petrobrás, em 2000, trouxe expectativas para o município, mas só em 2007 é que o gás natural começou a ser prospectado. Situado a cerca de dez quilômetros de distância da costa do município de Cairu, numa profundidade de 35 a 50 metros, quando em plena operação, produz seis milhões de metros cúbicos de gás, gerando royalties para o município, que são investidos em obras de infraestrutura, o que aumenta o valor dos imóveis no arquipélago, gera empregos na construção civil, além do incremento aos outros empreendimentos no setor de serviços de hospedagem, alimentação e transportes, atraindo mais turistas.

COMÉRCIO - O comércio do município não é muito significativo, sobretudo na sede. Praticamente a maioria dos produtos que são consumidos em Cairu é adquirida na cidade de Valença, tornando-a o centro comercial do arquipélago.

A história de Morro de São Paulo

Descoberto pelo navegador português Martin Afonso de Souza em 1531, Morro de São Paulo teve parte na história da colonização do Brasil. Poucos sabem, mas foi palco inclusive para Segunda Guerra Mundial onde os nazistas naufragaram navios em frente à **Primeira Praia**, motivo pelo qual fez o Brasil entrar na guerra. Muitos dos naufragos foram ajudados pelos nativos que lá estavam e que recordam até hoje como uma época de medo.



Apesar de seu descobrimento ter ocorrido junto com o do país, até pouco tempo atrás ainda era um lugar tranquilo de se viver. Conforme os antigos moradores, nativos do local contam, a sobrevivência era basicamente da pesca. Um pequeno vilarejo onde até a década de 70 não havia telefone e luz elétrica, o primeiro gerador somente entre às 17h até as 22h. A luz elétrica só veio para Morro de São Paulo em 1985.

Os moradores tomavam banhos coletivos na Fonte Grande – sistema de abastecimento de água construído no século XVII. Foi também nos anos setenta que a pacata vila começou um processo de ser descoberta pelo mundo que hoje faz de Morro de São Paulo o terceiro polo turístico da Bahia. Nesta época começaram a aparecer os primeiros veranistas das cidades das redondezas e passavam na ilha o verão todo.



Inicialmente alugavam as casas dos pescadores, depois de um tempo começaram a construir suas chamadas casas de veraneio, localizadas principalmente na Primeira Praia.



Depois foi a vez dos mochileiros e hippies que vieram desfrutar deste paraíso de belíssimas e mata atlântica ainda pouco explorada. Foram estes quem divulgaram Morro de São Paulo para o Brasil e o resto do mundo, trazendo inúmeros visitantes e muitos encantados pela beleza e a vida sossegada do local a abandonarem suas vidas nas metrópoles. Esta mistura de raças e culturas dos estrangeiros que na ilha habitam se misturaram com a cultura local dando a Morro de São Paulo uma característica única de um lugar que parece pertencer ao mundo, onde todos que conhecem se sentem em casa.

Devido a essa avalanche de novos moradores e turistas que frequentavam ilha, as casas de pescadores nativos foram se transformando em **pousadas e hotéis**, restaurantes, lojas, farmácias, sorveterias, lanchonetes e também posto de saúde, escolas, delegacia, etc. Dessa forma, a infraestrutura e o progresso começaram a aparecer – demorado e difícil, uma vez que Morro de São Paulo é uma ilha sem conexão com o continente.



Nas praias onde havia imensas fazendas de coqueirais, começaram a aparecer também restaurantes, pousadas, sorveterias. Os terrenos que lá estavam foram sendo vendidos ou com donos estrangeiros que não apareciam no Morro de São Paulo. Nessa época, surgiram as chamadas invasões, constituídas por novos moradores que construía suas casas de forma desorganizada, principalmente na **Segunda e Terceira Praia.**

A ilha não tem conexão com o continente, situa-se a 60 quilômetros ao sul da capital baiana, Salvador, é distrito da cidade de Cairu – única ilha do arquipélago onde há uma ponte que liga ao continente. Assim, na vila de Morro de São Paulo, até hoje não trafegam carros, exceto tratores e *land rovers*, utilizados pelo receptivo dos hotéis afastados, na Quarta e Quinta Praia, e para o acesso de hóspedes à vila. Há também uma pista de pouso de uma empresa de táxi aéreo, que realiza o *transfer* entre Salvador e Morro de São Paulo.



Além das belezas naturais, a ilha, atualmente oferece restaurantes com comida típica e requintada, inúmeras pousadas, hotéis, **eco resorts**, padarias, mercados, cyber cafés, lojas, **feira de artesanato** e uma riquíssima **vida noturna**. Os esportes também são comuns, como o **mergulho com cilindro** ou **snorkel**, vôlei de praia, futebol e futevôlei, surf, kitsurf, vela, caminhadas, cavalgadas, caiaque, passeios de bicicleta, natação, banana boat e a **maior tirolesa do Brasil**.